

## Presidenta Dilma fortalece o Brasil no Pré-sal

Contratação direta da Petrobrás para explorar reservas de 15 bilhões de petróleo atende à soberania e aos interesses nacionais



No último dia 24, o governo Dilma Rousseff deu um importante passo para a retomada da soberania nacional sobre uma das maiores reservas de petróleo do planeta, que é o pré-sal brasileiro. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a Petrobrás a explorar as reservas de óleo que excederem os cinco bilhões de barris que foram contratados em 2010 através de Cessão Onerosa feita pela União durante a capitalização da empresa.

Trata-se de uma região, cujo potencial de produção pode ser superior ao do Campo de Libra: entre 9,8 bilhões e 15,2 bilhões de barris de óleo. O mercado e as petrolíferas privadas queriam que as áreas excedentes fossem devolvidas à ANP para serem licitadas. Mas a presidenta Dilma preservou o interesse nacional e contratou diretamente a Petrobrás para explorar essas reservas estratégicas, como prevê o Artigo 12 da Lei de Partilha.

### Libra serviu de exemplo

Em outubro do ano passado, a FUP e a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia realizaram uma grande mobilização nacional para impedir o leilão de Libra, cobrando do governo que já utilizasse naquele momento esse dispositivo da Lei

12.351/2010. Liderados pela FUP, os petroleiros realizaram uma greve sete dias, que virou símbolo de resistência e indignação contra a decisão equivocada do governo de dividir com as multinacionais o controle do maior campo de petróleo da atualidade.

A luta não foi em vão. A pressão surtiu efeito e pela primeira vez nas últimas duas décadas, a Petrobrás voltará a ter o controle integral sobre áreas estratégicas de petróleo, que nos próximos anos deverão dobrar suas atuais reservas. Isso não acontecia desde que o PSDB e o DEM acabaram com o monopólio da estatal, criando no governo Fernando Henrique Cardoso a Lei 9.478/1997, que concedeu às empresas privadas o controle sobre o petróleo brasileiro.

### A herança maldita dos tucanos

Ao longo destes quase 20 anos de desregulamentação que os tucanos impuseram ao setor, mais de 50 petrolíferas privadas se instalaram no país, sem qualquer comprometimento com o desenvolvimento nacional. Além de precarizarem condições de trabalho, as multinacionais não fizeram sequer uma encomenda à indústria local. Foram os navios e plataformas contratados pela Petrobrás que recuperaram a indústria naval brasileira, que dispunha de apenas 2.500

trabalhadores em 2002. Hoje emprega cerca de 80 mil operários e deve contratar mais 20 mil nos próximos três anos.

### Mídia e mercado voltam a atacar a Petrobrás

A reação negativa do mercado financeiro e da mídia à decisão do CNPE só confirma o que a FUP já vem denunciando há tempos: por trás dos ataques sistemáticos à Petrobrás estão os interesses eleitoreiros e comerciais dos setores do país que tudo fazem para impedir que a empresa continue cumprindo o papel estratégico no desenvolvimento nacional, principalmente após tornar-se a operadora única do pré-sal. A sabotagem do mercado, derrubando as ações da única petrolífera do mundo que consegue dobrar suas reservas, evidencia ainda mais a campanha ostensiva contra a Petrobrás.

O que está em jogo é quem deve ser beneficiado pela riqueza gerada pelo pré-sal: o povo brasileiro ou as empresas privadas. Petróleo é soberania e, portanto, deve ser controlado integralmente pelo Estado. Somente assim, os recursos gerados por essa riqueza poderão ser aplicados em políticas públicas que melhorem as condições de vida da população. Por isso defendemos uma Petrobras 100% pública.

# FUP apresenta à Petrobrás propostas dos usuários para melhorar Benefício Farmácia

Em reunião com a Petrobrás nesta quinta-feira, 26, a FUP apresentou às Gerências Corporativas de RH, de Serviços Compartilhados e de AMS uma avaliação do Benefício Farmácia, com base no sistema de ouvidoria implementado pela Federação para monitorar a implementação desta importante conquista. Entre os meses de abril e maio, foram ouvidos 441 usuários, cuja maioria enviou à FUP críticas e sugestões de melhoria para o benefício. As principais reclamações feitas são em relação à cobertura de medicamentos, rede credenciada e prazos para reembolso. Foram também colhidas várias críticas em relação à E-Pharma. Além da comunicação com a operadora ser falha e cheia de dificuldades, os petroleiros têm alertado que o sistema tem ficado muito tempo fora do ar.

A FUP fez uma apresentação detalhada à Petrobrás das principais reclamações e sugestões feitas pelos usuários e, com base nessas avaliações diretas dos petroleiros, propôs uma série de mudanças e melhorias na operação e gestão do Benefício Farmácia. Um dos principais pontos enfocados pela FUP foi a necessidade de ampliação da cobertura dos medicamentos, já que há uma demanda muito grande para produtos que não são cobertos pelo benefício, como vitaminas, colírios, remédios de reposição hormonal, pomadas dermatológicas, entre outros. A Petrobrás reconheceu a importância da reivindicação e se comprometeu a apresentar uma proposta que atenda essa demanda.

A Federação cobrou diretamente das Gerências de AMS e do Compartilhado que revejam alguns procedimentos, visando o cumprimento pleno dessa que foi uma das principais conquistas da categoria nos últimos anos. Nesse sentido, a FUP propôs que sejam revistas a necessidade de análises técnicas e demais

exigências que têm dificultado o acesso dos usuários aos medicamentos. A Federação também cobrou que a Petrobrás fiscalize de forma efetiva os serviços prestados pela operadora do Benefício Farmácia e que responsabilize a empresa em casos de descumprimentos e falhas na gestão do benefício.

Em relação à morosidade do reembolso, a Petrobrás informou que 97% têm sido cumpridos dentro do prazo e que estão sendo tomadas medidas para fiscalizar melhor a operação do benefício, como, por exemplo, a geração de protocolos para monitorar o andamento dos serviços solicitados pelos usuários. A FUP cobrou que esse protocolo possa ser acompanhado também online pelos beneficiários. Outra proposta é que a Petrobrás garanta o reembolso de medicamentos nas farmácias credenciadas quando houver falhas da operadora, como o sistema estar fora do ar, e também para as solicitações que estiverem sob análise técnica.

## Problemas com análises técnicas

Em relação às análises técnicas, a empresa continua resistente em rever os procedimentos e a Federação voltou a ressaltar que isso tem sido utilizado pela operadora para limitar o acesso dos usuários aos medicamentos. Um dos problemas identificados pelos beneficiários foi que o sistema tem bloqueado alguns medicamentos de forma falha. Por isso, a FUP reiterou que as análises técnicas, quando realmente necessárias, devem ser feitas exclusivamente por profissionais da Petrobrás. A empresa explicou que esse é o procedimento e informou que já estão sendo adotadas medidas para reduzir o tempo das análises técnicas e a revisão de sua necessidade para alguns medicamentos, como anti-inflamatórios injetáveis.

A FUP insistiu que a empresa reveja os

procedimentos de análise técnica, reduzindo a burocracia e com informações claras sobre os medicamentos que de fato necessitem desse tipo de controle. A Federação também propôs que a Petrobrás viabilize alternativas para garantir o mais rápido possível o acesso do usuário ao medicamento que tiver exigência de análise técnica. A empresa se comprometeu a analisar as propostas apresentadas pela FUP e estudar soluções para os problemas identificados.

## Descontos

Conforme prevê o Acordo Coletivo, o desconto fixo do Benefício Farmácia deve incidir no Salário Base e não sobre a remuneração total, como vem praticando a Petrobrás atualmente. A FUP cobrou que a empresa corrija essa distorção. A Gerência de RH, no entanto, discordou desse entendimento e reafirmou que os descontos continuarão incidindo sobre a remuneração total do beneficiário, como já pratica a AMS. Para a Petrobrás, essa questão deve ser tratada pela FUP na campanha reivindicatória e não no âmbito das discussões sobre o Benefício Farmácia.

## FUP lança cartilha sobre o Benefício Farmácia

A Federação lançou recentemente uma cartilha detalhada sobre o Benefício Farmácia para que os petroleiros e seus dependentes esclareçam dúvidas sobre essa importante conquista e fiscalizem o atendimento. A cartilha está sendo distribuída pelos sindicatos e também pode ser acessada no portal da FUP ([www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)). A Federação continuará disponibilizando uma ouvidoria para que a categoria avalie o benefício através do telefone 0800-761-0238 e do e-mail [beneficiofarmacia@fup.org.br](mailto:beneficiofarmacia@fup.org.br)

# Novo marco civil da internet já está em vigor

Entraram em vigor no último dia 23 as novas regras para o uso da internet no Brasil. A Lei 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet estabelece os direitos e deveres de usuários e de provedores de internet no país. Após debates com a sociedade civil e aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado, a lei foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e publicada no dia 24 de abril, tornando-se referência para os demais países.

Para os brasileiros que utilizam a internet, uma das principais novidades será a liberdade de expressão e a neutralidade da rede, ou seja, a garantia de que o tráfego terá a mesma qualidade e velocidade, independentemente do

tipo de navegação. As empresas não podem, por exemplo, diminuir a velocidade de conexão para dificultar o uso de produtos das concorrentes. Além disso, os provedores e redes sociais estão impedidos de retirar do ar conteúdo sem determinação judicial, a não ser em casos de imagens e vídeos de nudez ou de atos sexuais de caráter privado. O objetivo é garantir a liberdade de expressão dos internautas e impedir a censura.

Outra inovação é a garantia da privacidade das comunicações. Até a Lei entrar em vigor o sigilo de comunicações não era válido para e-mails, por exemplo. A partir de agora o conteúdo das comunicações privadas em meios ele-

trônicos tem a mesma proteção de privacidade que já estava garantida nos meios de comunicação tradicionais, como cartas, conversas telefônicas, etc.

O Marco Civil da Internet também determina que os registros de conexão dos usuários sejam guardados pelos provedores durante um ano, sob total sigilo e em ambiente seguro. Segundo a nova lei, informações pessoais e registros de acesso só poderão ser vendidos se o usuário autorizar expressamente a operação comercial. Atualmente, os dados são coletados e vendidos pelas empresas, que têm acesso a detalhes sobre as preferências e opções dos internautas.

**Edição 1143 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)**

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria.